

MEGAPROJETOS E COMUNIDADES ATINGIDAS: OS EFEITOS DA MINERAÇÃO EM CONGONHAS (MG)

Ana Caroline da Silva Alves¹, Bruno Milanez²

(¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais, 36036-900, Brasil; alvesacaroline@gmail.com)

(²Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais, 36036-900, Brasil; bruno.milanez@ufjf.br)

RESUMO

O artigo expõe os impactos socioambientais decorrentes da expansão da mineração em Congonhas (MG), com foco nos bairros Plataforma, Santa Quitéria, Esmeril e Campinho. Historicamente dependente da atividade minerária, o município vivencia transformações territoriais relacionadas à mina Casa de Pedra operada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza exploratória, sendo desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e trabalho de campo. Os resultados mostram que a expansão dos megaprojetos minerários impulsiona processos de desapropriação, insegurança, degradação ambiental e enfraquecimento dos vínculos comunitários. Entre os principais efeitos observados pode-se destacar a poeira, os ruídos constantes, a circulação de veículos pesados e os riscos associados às estruturas minerárias. Os conflitos socioambientais em Congonhas são relevantes para serem estudados com mais rigor e são exemplos da necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à justiça ambiental e à proteção das comunidades atingidas.

Palavras-chave: degradação; descolamento populacional; extrativismo; injustiça.

INTRODUÇÃO

O município de Congonhas, localizado no Quadrilátero Ferrífero, é considerado um dos principais polos mineradores do estado de Minas Gerais. Sua relevância regional está associada à intensa extração de minério de ferro, que estrutura parte da economia local (Ruchkys, 2005). A cidade possui uma trajetória historicamente vinculada à mineração, a qual influenciou diretamente sua formação territorial e social, consolidando padrões específicos de ocupação do solo e organização urbana. Nas últimas décadas, a expansão da atividade minerária tem provocado muitas transformações, reconfigurando as relações entre população, território e meio ambiente. Como consequência, intensificam-se os processos de reestruturação espacial, os desafios de infraestrutura e os impactos socioambientais (Ferreira, 2012).

Paralelamente ao processo de ocupação, a paisagem natural passou a adquirir, de forma gradual, valor simbólico e cultural (Azevedo, 2007). No entanto, sua patrimonialização ocorreu apenas em períodos posteriores, refletindo mudanças na forma de reconhecimento do patrimônio histórico. Nesse contexto, elementos como o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, associado às obras de Aleijadinho, e a Serra da Casa de Pedra tornaram-se

referências centrais da identidade local, sendo reconhecidos como patrimônio apenas no século XX e início do século XXI (IHGC, 2025).

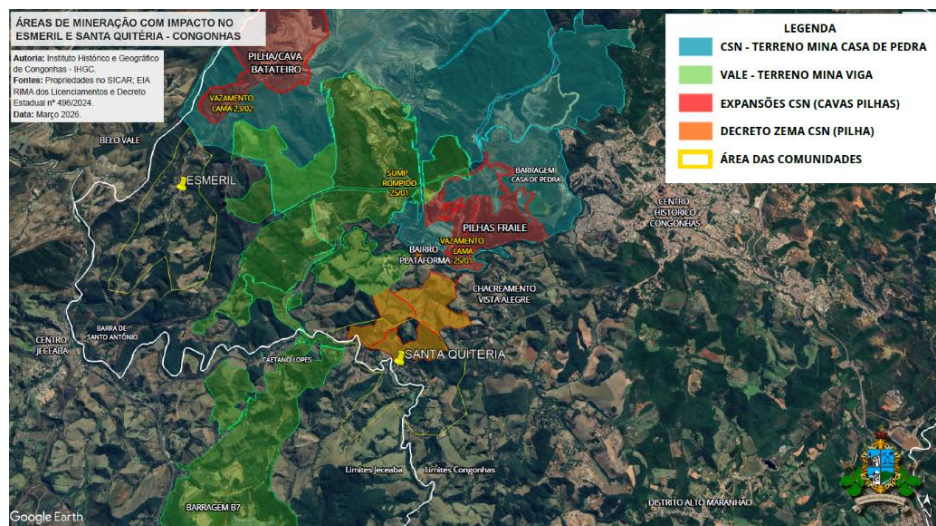
No território Congonhense estão instalados diversos empreendimentos minerários. Entre eles pode-se mencionar as operações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vale, Ferro+ Mineração, Ferrous Resources e Gerdau (CODEMIG, 2010). Apesar dessa diversificação de agentes, a primazia da CSN permanece como elemento estruturante da organização do espaço, o que é corroborado por dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo a ANM, a CSN figura como a principal detentora de títulos minerários e uma das maiores responsáveis pelos volumes de produção e arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no município, o que evidencia sua centralidade econômica e territorial (ANM, 2024).

Essas empresas reforçam a importância do município no cenário minerador nacional, ao mesmo tempo em que ampliam os impactos sobre o uso do solo e a dinâmica urbana. Entretanto, esse processo também intensifica os desafios relacionados aos impactos socioambientais. Dessa forma, há uma relação ambivalente entre desenvolvimento econômico e pressões ambientais (Araujo, 2018), uma vez que esses empreendimentos avançam sobre os bairros.

A Mina Casa de Pedra possui relevância por constituir um dos maiores empreendimentos de extração de minério de ferro da região. Ela exerce forte influência sobre Congonhas, sendo responsável por intensas transformações no espaço ao longo das últimas décadas. Além disso, a atividade desenvolvida na Mina Casa de Pedra impulsiona setores ligados à logística, serviços e infraestrutura. Por outro lado, a expansão dessas atividades acarretou debates relacionados aos impactos socioambientais da mineração, incluindo a pressão sobre áreas urbanas e os riscos associados às estruturas minerárias, como barragens de rejeitos e pilhas de estéril (Milanez, 2011).

A intensificação dos chamados megaprojetos minerários em Congonhas vem proporcionando impactos que atingem diretamente bairros e comunidades localizadas próximas às áreas de exploração mineral, uma vez que as frentes de lavras e barragens avançaram em direção a área urbana (Mapa I). Entre os principais efeitos estão a degradação ambiental, os ruídos constantes, a pressão sobre recursos hídricos, a circulação intensa de veículos pesados e os processos de desapropriação e deslocamento populacional.

Mapa I - Delimitação da área urbana de Congonhas e a atuação da CSN



Fonte: IHGC (2026)

Nesse cenário, os bairros Plataforma, Campinho (comunidade quilombola), Santa Quitéria (comunidade quilombola) e Esmeril representam exemplos das transformações territoriais e conflitivas associados à mineração em Congonhas. Essas comunidades convivem diariamente com problemas relacionados à perda da qualidade de vida, à insegurança territorial e ao enfraquecimento dos vínculos comunitários. Em alguns casos, como no bairro Plataforma, o avanço da mineração resultou na retirada gradual de moradores em 2012, enquanto em Santa Quitéria crescem as preocupações relacionadas aos possíveis riscos de desapropriação para a instalação de pilha de estéril, anunciada em 2024 (ALMG, 2025).

Além dos impactos já mencionados, a mineração traz outras consequências para as populações atingidas. O medo de acidentes envolvendo barragens, a incerteza quanto à permanência nos territórios e a percepção de ausência de participação popular nos processos de licenciamento ambiental contribuem para o aumento das tensões sociais. Dessa forma, os conflitos envolvendo mineração manifestam as contradições entre o chamado desenvolvimento econômico promovido pelos grandes empreendimentos extrativos e a garantia dos direitos das populações locais.

Conforme todo o exposto, o presente trabalho tem como objetivo ilustrar os efeitos da mineração sobre os bairros Plataforma, Santa Quitéria, Esmeril e Campinho, destacando os principais impactos socioambientais provocados pelos megaprojetos minerários em Congonhas (MG). Busca-se ainda, compreender de que maneira a expansão da atividade mineral interfere no cotidiano das comunidades atingidas, nas condições ambientais e nas relações sociais estabelecidas nesses territórios.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adota tanto um viés social quanto ambiental, sendo baseada em trabalho de campo, realizada no município de Congonhas no segundo semestre de 2025. O estudo concentrou-se especialmente nas áreas impactadas pela expansão da Mina Casa de Pedra e em bairros diretamente afetados pela atividade minerária, como Plataforma, Santa Quitéria, Esmeril e Campinho.

A metodologia adotada possui caráter qualitativo, de natureza exploratória, buscando compreender os impactos socioambientais decorrentes da expansão dos megaprojetos minerários no município. Para isso, foram realizadas levantamento bibliográfico em artigos científicos, dissertações, teses, livros e documentos institucionais relacionados à mineração.

Além da revisão bibliográfica, foram utilizados dados secundários obtidos em relatórios técnicos, documentos públicos, planos municipais e materiais disponibilizados por órgãos ambientais tanto no âmbito municipal quanto estadual. Esses materiais possibilitaram a análise das transformações territoriais e dos principais impactos ambientais e urbanos.

Também foram realizadas observações das áreas estudadas, com o objetivo de identificar alterações na paisagem, expansão das estruturas minerárias e condições socioambientais das comunidades afetadas. A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, relacionando os processos de expansão minerária às mudanças ocorridas no território e às consequências para a população local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos casos empíricos do município de Congonhas evidencia que os conflitos socioambientais associados à mineração não constituem eventos isolados, mas sim processos estruturais e contínuos de reformulação territorial. A expansão minerária, com ênfase na atuação da CSN, provoca diferentes modalidades de conflito que variam conforme a apropriação dos recursos naturais, o grau de intervenção no espaço urbano e na historicidade de cada território. Nesse sentido, os casos dos bairros mencionados provam uma dinâmica multiescalar de expropriação e reorganização do espaço, na qual se articulam dimensões ambientais, sociais e institucionais.

No bairro Plataforma (figura I), o conflito se estrutura a partir dos processos de desapropriação e deslocamento populacional associados à expansão da mineração. A retirada gradual de moradores, iniciada em 2012, é um exemplo da pressão exercida pelos empreendimentos minerários sobre áreas urbanas consolidadas, resultando na fragmentação de comunidades ali já existentes e na perda de referências territoriais construídas com o tempo (Welter, 2008).

Figura I - Plataforma antes da desapropriação



Fonte: Pinto Filho (2010)

Como parte disso, ocorreu a construção do chamado “Novo Plataforma”, bairro residencial destinado ao reassentamento de parte das famílias atingidas. Entretanto, mesmo diante das remoções e negociações realizadas, ainda em 2026 há aqueles que permanecem no antigo bairro Plataforma (Figura II e III), resistindo e convivendo cotidianamente com a proximidade das infraestruturas da CSN. Essas famílias vivem com a presença das operações minerárias e a permanência desses moradores ilustra a perda da identidade construída entre população e o lugar (Caderno de Campo, outubro de 2025). Assim, o caso do Plataforma demonstra como o extrativismo vai além da geração de empregos; uma vez que acarreta em aspectos irreversíveis para as pessoas.

Figura II - Plataforma após a desapropriação



Fonte: Pinto Filho (2022)

Figura III - UBS desativada no bairro Plataforma e a sobreposição das estruturas da CSN.



Fonte: Pinto Filho (2025)

Ainda de acordo com o relatório de Campo (2025) o bairro Campinho, reconhecido como comunidade quilombola, os conflitos socioambientais decorrentes do avanço das atividades minerárias sobre áreas tradicionalmente ocupadas pela população local estão intrinsicamente associados às transformações territoriais ocorridas nas últimas décadas. Entre os elementos mais marcantes está a abertura de uma estrada destinada à circulação de caminhões que transportam minério, que passou a cortar o bairro. Essa infraestrutura alterou os modos de vida da comunidade, intensificando o tráfego de veículos pesados, aumentando os níveis de poeira e ruído e comprometendo a mobilidade e a segurança dos moradores. Além disso, a estrada contribuiu para a fragmentação do território, dificultando a circulação cotidiana entre diferentes áreas do bairro.

Para além dos impactos ambientais, o Campinho enfrenta desafios relacionados à valorização e reconhecimento de sua identidade quilombola em um contexto marcado pela forte presença dos grandes empreendimentos extrativos. A comunidade busca fortalecer formas de organização e resistência coletiva diante das pressões territoriais, reafirmando seus vínculos históricos e culturais com o território (Caderno de Campo, 2025).

Em Santa Quitéria, outra comunidade quilombola, localizada próxima às áreas de expansão da Mina Casa de Pedra, a intensificação das tensões ocorreu principalmente após o decreto de desapropriação do então governador Zema, publicado em 2024, que autorizou a utilização de áreas para instalação de pilhas de estéril. Tal medida ampliou o sentimento de insegurança territorial entre os moradores, que passaram a conviver com o receio da perda de suas terras e da descaracterização do território tradicionalmente ocupado pela comunidade (Repórter Brasil 2025).

Os relatos obtidos no campo da pesquisa indicaram a existência de pressões relacionadas à negociação individualizada de propriedades, frequentemente percebidas pelos moradores como tentativas de enfraquecimento da resistência coletiva. Além disso, os moradores apontam dificuldades de acesso à informação e baixa participação nos processos decisórios envolvendo os projetos minerários (ALMG, 2025). Essas questões reforçam as assimetrias de poder existentes entre comunidade, empresas e poder público. Os impactos ambientais também são percebidos de maneira significativa em Santa Quitéria. Entre os principais problemas relatados destacam-se o aumento da poeira gerada pela movimentação do minério e preocupações com a disponibilidade e qualidade da água.

No bairro Esmeril, a presença crescente das estruturas minerárias reforça a percepção de avanço da mineração sobre o espaço urbano, gerando insegurança quanto à permanência das famílias no território. Os moradores também relatam preocupações relacionadas aos riscos associados aos megaprojetos para disposição de pilhas de estéril e novas aberturas de lavra para extração de minério. Sobretudo diante dos acontecimentos registrados no estado de Minas Gerais quanto ao rompimento de barragens, aumentou o sentimento de vulnerabilidade das populações que vivem no local (ALMG, 2025).

Dessa forma, esses bairros que lidam diariamente com impactos dos empreendimentos minerais revelam como a expansão dos megaprojetos gera entraves que ultrapassam a dimensão ambiental. Isso se expressa na desvalorização de imóveis, na redução de investimentos locais e no enfraquecimento das práticas comunitárias, incluindo o fechamento de serviços e a diminuição da população residente. Assim, a mineração atua de forma antecipatória, produzindo impactos mesmo na ausência de intervenção física direta. Os efeitos ambientais associados à lavra e às estruturas projetadas, especialmente sobre a bacia do rio Paraopeba, ampliam ainda mais o quadro de vulnerabilidade socioambiental.

De maneira geral, os casos analisados permitem identificar três principais efeitos da expansão minerária sobre as comunidades de Congonhas. São eles: i) insegurança quanto aos processos de deslocamento populacional, expressos nas desapropriações, reassentamentos e no avanço das estruturas minerárias sobre áreas urbanas e territórios tradicionais; ii) degradação ambiental e perda da qualidade de vida, perceptíveis por meio da poeira, dos ruídos constantes, da pressão sobre recursos hídricos e das alterações na paisagem; iii) enfraquecimento das relações comunitárias e dos vínculos socioculturais, evidenciado pela fragmentação dos territórios, pela redução da participação social e pelas ameaças às identidades coletivas, especialmente nas comunidades quilombolas. Assim, os conflitos observados expressam que a mineração atinge as formas de vida, a organização social e o direito à permanência das populações em seus territórios.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou compreender que a expansão da atividade minerária em Congonhas vem promovendo intensas transformações socioespaciais no município, especialmente nas áreas localizadas próximas à Mina Casa de Pedra. A mineração, embora represente importante atividade econômica para a cidade, também traz impactos que afetam diretamente e diariamente as comunidades inseridas nesse contexto.

Por meio da revisão bibliográfica, da análise documental e do trabalho de campo realizado em Congonhas, incluindo visitas às comunidades de Plataforma, Santa Quitéria, Esmeril e Campinho, foi possível identificar os efeitos da expansão minerária sobre o território e sobre a vida da população local. As visitas evidenciaram alterações na paisagem, proximidade entre áreas residenciais e estruturas minerárias, além de problemas relacionados à poeira mineral, ruídos, circulação intensa de veículos pesados e insegurança territorial.

Os resultados também demonstraram que o avanço dos megaprojetos minerários contribui para processos de desapropriação, deslocamento populacional e enfraquecimento dos vínculos comunitários, gerando conflitos socioambientais e impactos na qualidade de vida dos moradores. Ao mesmo tempo, observa-se uma forte dependência econômica do município em relação à mineração, fator que reforça a complexidade das relações entre desenvolvimento econômico e preservação socioambiental. Esses casos demonstram a necessidade de fortalecimento da participação popular e ampliação do debate sobre justiça ambiental em regiões dependentes da mineração.

Portanto, os desafios enfrentados por Congonhas refletem a necessidade de maior equilíbrio entre exploração mineral, planejamento urbano e proteção das comunidades afetadas. Torna-se fundamental fortalecer políticas públicas voltadas à fiscalização ambiental, à participação social e à adoção de medidas que garantam melhores condições de vida para a população, buscando modelos de desenvolvimento socialmente justos para os municípios mineradores.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Mineração (ANM) (2024) AMB Interativo - Arrecadação da CFEM por município. Brasília: ANM. Disponível: <https://app.anm.gov.br/arrecadacao>.

ALVES ACS (2025). Caderno de campo: campo em Congonhas. Segundo semestre de 2025. Material de campo não publicado.

Araújo GM, Castriota LB (2018) Os conflitos entre os projetos de mineração e os processos de patrimonialização: o caso de Congonhas no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. In: 5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) (2024) Comunidade de Santa Quitéria, em Congonhas, se une contra mineração. Disponível: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Comunidade-de-Santa-Quiteria-em-Congonhas-se-une-contra-mineracao/>.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) (2025) Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 12ª Reunião Extraordinária. Disponível: <https://www.almg.gov.br/comissoes/meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel/799/reuniao/2/2025-05-19/15:30>.

Azevedo ÚR (2007). Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) (2010) Distrito Industrial de Congonhas: Relatório de Impacto Ambiental. Belo Horizonte: SETE.

Ferreira AAM (2012) A expansão da mineração no município de Congonhas (MG) e implicações socioambientais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto.

Fontana M, D'Alisa G, Demaria F (org.) (2015) Livro *Dicionário de ecologia política*. São Paulo: Autêntica. 520 p. ISBN 978-85-513-0028-3.

Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (2026). Mapa do município de Congonhas. Congonhas (MG).

Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (2025) (IHGC). Manifesto do IHGC aos órgãos nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio histórico e cultural: em defesa do patrimônio cultural diante da crescente expansão da mineração na Cidade dos Profetas. Congonhas, Publicado em 05 jun. 2025.

Milanez B (2011) Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (org.). Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. v. 1, p. 199-228.

Pinto Filho SS (2010, fotografia).

Pinto Filho SS (2022, fotografia).

Pinto Filho SS (2025, fotografia).

Repórter Brasil (2025) Zema autoriza desapropriação para rejeitos da CSN em área já cobiçada por ouro. Publicado em 13 mar. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/03/zema-desapropriacao-rejeitos-csn-ouro/>.

Ruchkys UA (2005) Patrimônio geológico e geoconservação do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Belo Horizonte: Qualificação de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto de Geociências.

Welter IG. et al. (2008) O caso do bairro Plataforma no mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).